ISSN: 2358-8829

HISTÓRIA E LITERATURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Yohan Gabriel Pontes Ferreira Brito [1]
Maria Izabelly de Lucena[2]
Maria Luiza Agra Leite [3]

INTRODUÇÃO

Pode-se perceber de acordo com os currículos que até a implementação da lei 11.645/2008 os nossos povos indígenas eram totalmente invisibilizados no ambiente educacional, isto é, se não fosse para os estereotipar. Ou até mesmo para serem apresentados de maneira secundária, o que é um imenso problema.

Desse modo, a legislação em questão passou a tornar obrigatório o ensino de história, cultura e literatura indígena nas escolas de educação básica, diante disso, a proposta seria ensinar aos estudantes de fato a reconhecer a diversidade e valorizar os saberes ancestrais que fazem parte da formação da identidade brasileira, afinal, são os nossos povos originários.

A *interculturalidade* é um conceito fundamental para que possamos defender o diálogo entre culturas e diferenças. Isto posto, deve-se considerar a escola como um espaço de imenso privilégio pois é nesse local que acontece a formação de uma nova "leva" de discentes que podem se desenvolver como cidadãos críticos e mais respeitosos para com os povos originários.

Partindo da perspectiva intercultural a qual irá ser retomada em alguns momentos desta pesquisa, sabe-se que as diversas culturas são postas em uma situação de "competição", porém, com esse movimento nos dias atuais isso tem diminuído consideravelmente pois no sentido do multiculturalismo são "invocadas" a se respeitarem e se valorizarem.

[1] Graduado em história pela universidade estadual da Paraíba, Mestrando em Educação (formação de professores) pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialista em História Local pela Universidade Estadual da Paraíba, Graduando em pedagogia pela universidade estadual da Paraíba, e-mail: profyohangabriel@gmail.com;
[2] Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, m.izabelly@aluno.uepb.edu.br;
[3] Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Agra.leite@aluno.uepb.edu.br;

ISSN: 2358-8829

Por conseguinte, o termo *multiculturalismo* diante de sua gênese traz consigo a ideia de existirem ao mesmo tempo diferenças dentro de um espaço, geralmente político. Boaventura de Sousa Santos (2001; 2002) explica que o *multiculturalismo* já existia há bastante tempo, porém não era reconhecido principalmente por conta da cultura dominante também chamada de *monocultural*. A qual fazia o processo de extinguir as culturas alternativas, tais culturas por mais que suprimidas foram sobrevivendo ao longo do tempo, se protegendo e conseguindo reaparecer.

Todavia, para Candau (2008; 2014) tal conceito pode ser entendido sob duas óticas: a primeira uma mais descritiva e outra propositiva. Portanto, a descritiva é quando observa-se como um dado real é uma característica da sociedade atual, isto é, deve ser levado em conta também as configurações da sociedade como contexto histórico, político e social.

Em segundo ponto, temos a ótica da propositiva que já observa o multiculturalismo como uma forma de atuação, ou seja, de fato intervir no que está acontecendo, transformar a dinâmica social que se está inserido. Isto inclui projetos políticos sociais, culturais, as relações de trabalho entre as pessoas de uma sociedade e políticas públicas.

As sociedades contemporâneas são multiculturais, isso é um fato consolidado. Entretanto, uma educação que permeia este conceito se refere a de fato os fenômenos culturais que acontecem nos ambientes escolares, por exemplo. Dito isso, é substancial compreender que dentro da educação não apenas podemos ficar debatendo conceitos e sim, ir para a prática com além de pesquisas, estudos e realizar ações de fato para que o efeito seja positivo na vida dos estudantes.

Daniel Munduruku e Ailton Krenak são autores que sustentam suas ideias de que a literatura e a filosofia indígena são maneiras vivas de se pensar e ensinar e não ideias atreladas a um passado. Munduruku traz um destaque para as narrativas orais numa perspectiva de preservar à memória coletiva. Já Krenak propõe em suas obras uma reflexão mais crítica quanto ao modelo de sociedade atual a qual estamos inseridos na contemporaneidade.

ISSN: 2358-8829

Na prática pedagógica dentro de sala de aula muitas metodologias são utilizadas para ajudar a desconstruir os preconceitos existentes nas nossas crianças e adolescentes que construíram seus conceitos em casa com familiares e/ou amigos, ou até mesmo dentro do ambiente escolar com profissionais despreparados para aplicar tal assunto dentro de sala de aula.

Todavia, mitos, contos e histórias indígenas dentro de projetos escolares sendo utilizados da forma correta trazem uma visão positiva e aproxima os alunos da sua ancestralidade. Sendo assim, abordar a história e a literatura de maneira crítica, mostrando a problemática da colonização e da resistência, fortalece a consciência social dos nossos discentes.

O estudo em questão, traz consigo o objetivo de valorizar a identidade indígena dentro de sala de aula, assim, formando alunos mais conscientes e respeitosos. É perceptível que existe uma grande distância da lei escrita e o que de fato acontece dentro da sala de aula, mas são esses desafios que movem os professores para que seja achado uma metodologia que seja a mais efetiva possível dentro da realidade de cada escola.

Será analisado como a história, cultura e literatura indígena podem ser trabalhadas na educação básica sob a perspectiva da interculturalidade. Discutindo os avanços e desafios trazidos pela lei 11.645/2008, apresentando contribuições de autores indígenas para a prática pedagógica e identificando estratégias para a desconstrução de preconceitos dentro do ambiente escolar.

HISTÓRIA INDÍGENA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A abordagem da história indígena na educação básica exige uma reflexão sobre a maneira como os povos originários foram representados ao longo da construção do conhecimento histórico e como essas representações ainda se fazem presentes no contexto escolar. Durante muito tempo, o ensino de História no Brasil privilegiou uma narrativa centrada na perspectiva europeia, na qual os povos indígenas apareciam, predominantemente, como personagens dos primeiros momentos da colonização. Essa abordagem contribuiu para a construção de uma imagem limitada desses grupos, frequentemente associados ao passado, sem que fossem consideradas suas diferentes

ISSN: 2358-8829

formas de organização social, suas manifestações culturais, seus conhecimentos e suas lutas pela preservação de seus territórios e identidades.

Essa perspectiva também se manifesta nas práticas pedagógicas e nos materiais utilizados em sala de aula. Em determinadas situações, a temática indígena é apresentada de maneira pontual, especialmente em datas comemorativas, como o dia 19 de abril, por meio de atividades que reproduzem imagens genéricas de indígenas utilizando cocares, pinturas corporais e vivendo em aldeias isoladas. Embora esses elementos possam fazer parte das manifestações culturais de determinados povos, sua utilização descontextualizada contribui para a construção de uma representação homogênea, como se todos os indígenas compartilhassem os mesmos costumes e modos de vida. Com isso, desconsidera-se a diversidade étnica e cultural existente entre os povos originários, assim como sua presença e participação na sociedade contemporânea.

A pesquisa desenvolvida por Bicalho, Oliveira e Machado (2018), intitulada "'Mas eles são índios de verdade?': representações indígenas na sala de aula", contribui para essa discussão ao investigar as concepções de estudantes dos anos finais do ensino fundamental acerca dos povos indígenas. As autoras identificaram a permanência de representações relacionadas à ideia de que os indígenas deveriam viver em florestas e de que sua identidade estaria associada a determinados elementos culturais. Os resultados apontam para a necessidade de problematizar as imagens construídas socialmente e reproduzidas no ambiente escolar, uma vez que o desconhecimento sobre a diversidade desses povos pode favorecer a permanência de preconceitos e concepções equivocadas.

Nesse sentido, o ensino da história indígena não deve se restringir à apresentação de acontecimentos relacionados ao período colonial, tampouco à descrição de costumes e tradições de maneira isolada. É necessário considerar os povos indígenas como sujeitos históricos, reconhecendo suas diferentes trajetórias, suas formas de resistência, suas produções culturais e sua participação na constituição da sociedade brasileira. Isso significa abordar não apenas os processos de colonização e as consequências da invasão de seus territórios, mas também as estratégias de resistência, as reivindicações por direitos e as contribuições desses povos nos campos social, político, econômico e cultural.

ISSN: 2358-8829

Uma possibilidade de ampliar essa abordagem consiste em incorporar ao trabalho pedagógico produções intelectuais e literárias de autoria indígena. Nesse contexto, Daniel Munduruku constitui uma importante referência, tanto por sua produção literária quanto pelas reflexões que desenvolve acerca da história, da cultura e dos processos educativos dos povos originários. Em *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*, Munduruku (2012) discute o papel educativo desempenhado pelo movimento indígena, permitindo compreender que a organização e a mobilização desses povos também constituem espaços de produção e compartilhamento de conhecimentos. Essa perspectiva contribui para superar a ideia de que os indígenas são apenas objetos de estudo da história, reconhecendo-os como sujeitos que produzem narrativas, conhecimentos e interpretações sobre suas próprias experiências.

A literatura de autoria indígena também representa uma possibilidade de aproximação entre os estudantes e diferentes formas de compreender a realidade. Por meio de narrativas, memórias, contos e relatos, os estudantes podem conhecer experiências que nem sempre encontram espaço nas abordagens tradicionais dos materiais didáticos. Gabriel (2020), ao analisar a representação dos contadores de histórias na obra de Daniel Munduruku, destaca a importância da tradição oral para a preservação da memória coletiva, da identidade cultural e do sentimento de pertencimento. Desse modo, as narrativas transmitidas entre gerações não devem ser compreendidas como simples histórias ou manifestações folclóricas, mas como formas de produção e transmissão de conhecimentos que integram a organização e a continuidade das comunidades indígenas.

Outra contribuição importante pode ser encontrada nas reflexões de Ailton Krenak, especialmente na obra *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019). O autor questiona os modelos de sociedade fundamentados na separação entre humanidade e natureza, problematizando a ideia de que os seres humanos ocupam uma posição de superioridade em relação aos demais elementos que constituem a vida. Suas reflexões permitem ampliar as discussões desenvolvidas no espaço escolar, especialmente quando relacionadas aos conhecimentos tradicionais, às diferentes formas de estabelecer relações com o território e à necessidade de reconhecer outras maneiras de compreender a existência. Assim, o contato com produções de intelectuais indígenas possibilita que os estudantes não apenas conheçam aspectos da história desses povos, mas também

entrem em contato com perspectivas próprias, construídas a partir de suas experiências e de seus conhecimentos.

A incorporação dessas produções ao currículo escolar também pode ser compreendida a partir da perspectiva da educação intercultural. Para Candau (2016), a interculturalidade no contexto educacional envolve a construção de práticas que reconheçam as diferenças culturais e promovam relações de diálogo entre diferentes grupos sociais. Nessa perspectiva, a diversidade não deve ser tratada como um elemento secundário do processo educativo, mas como uma dimensão que precisa estar presente na organização curricular e nas práticas cotidianas da escola. Aplicada ao ensino da história indígena, essa compreensão pressupõe superar abordagens que apresentam uma cultura como referência universal, enquanto outras são tratadas como manifestações particulares ou distantes da realidade dos estudantes.

A esse respeito, Soares (2022), ao analisar a presença da literatura indígena no livro didático de Língua Portuguesa destinado ao 6º ano do ensino fundamental, chama atenção para a necessidade de uma utilização crítica desses materiais. A autora considera que a presença de textos de autoria indígena nos livros didáticos representa uma possibilidade de ampliar as discussões sobre a temática, mas ressalta a importância da mediação docente para que essas produções não sejam utilizadas apenas como pretexto para atividades de leitura ou interpretação superficial. Assim, é necessário que o professor proponha reflexões que permitam aos estudantes compreender os contextos históricos e culturais presentes nas narrativas, estabelecendo relações com as questões sociais que envolvem os povos originários.

Dessa maneira, trabalhar a história indígena na educação básica requer mais do que inserir conteúdos específicos no planejamento escolar. É necessário rever as formas pelas quais esses povos são apresentados, questionar representações historicamente construídas e reconhecer a legitimidade de seus conhecimentos e de suas produções intelectuais. A literatura, a oralidade, os relatos históricos e as reflexões de autores indígenas podem contribuir para esse processo, oferecendo diferentes possibilidades de abordagem e favorecendo o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla sobre a diversidade que constitui a sociedade brasileira.

Portanto, a construção de uma prática pedagógica comprometida com a valorização da história e da cultura indígena depende de um trabalho contínuo, que ultrapasse ações pontuais e esteja articulado ao currículo escolar. Essa discussão permite

compreender que o reconhecimento dos povos originários envolve não somente conhecer seu passado, mas também reconhecer suas existências, suas reivindicações e suas contribuições no presente. A partir dessas considerações, torna-se necessário discutir o papel da legislação educacional na garantia desse reconhecimento, bem como os desafios que ainda dificultam a efetivação de uma abordagem crítica e intercultural da temática indígena nas escolas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através da metodologia qualitativa com procedimento de revisão bibliográfica utilizando de autores base na área a qual são consolidados. Buscou-se compreender e interpretar significados, sentidos e práticas relacionadas ao ensino de história, literatura e cultura indígena. É exploratória pois foi pretendido se aproximar da temática para que com a ampliação da familiaridade, pudessem ser levantadas possibilidades de abordagens pedagógicas na perspectiva intercultural.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica porque foi desenvolvida através de materiais já publicados, especialmente artigos científicos, livros, teses e dissertações. Portanto, a pesquisa dessa maneira faz com que se possa reunir, comparar e articular as discussões teóricas acerca da temática vigente.

Acerca dos critérios de seleção, foram incluídos materiais que tratam diretamente do ensino de história, cultura ou literatura indígena na educação básica, discutem interculturalidade ou a legislação pertinente, trazem obras de autores indígenas, como Daniel Munduruku e Ailton Krenak.

A LEI 11.645/2008 E OS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO DE ESTEREÓTIPOS SOBRE A CULTURA INDÍGENA

Ao longo da história do Brasil, as narrativas fundamentadas na perspectiva europeia ocuparam posição predominante na construção do conhecimento histórico, relegando a segundo plano a participação dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade

ISSN: 2358-8829

brasileira. Quando esses grupos eram mencionados, frequentemente eram representados de maneira estereotipada, desconsiderando-se a diversidade de suas culturas, seus conhecimentos, suas formas de organização social e suas estratégias de resistência histórica.

Sendo refletida também dentro das salas de aula, que por muitas vezes delimita o conteúdo sobre a cultura indigena apenas para o dia dos povos indígenas: 19 de abril, mostrando imagens no qual aparecem como personagens do passado, não usam roupas, vivem em ocas, ou que são isolados das cidades.

Dessa maneira, a implementação da lei 11.645/2008 trouxe a obrigatoriedade dos conteúdos afro-brasileiros e indígenas nas escolas, acerca da histórica, cultura, religiosidade e as contribuições para formação social, política e econômica do país. No qual, o professor e a equipe escolar devem realizar planejamentos pedagógicos alinhados à diversidade e respeito.

> Soma-se a essas questões, o fato de que o contexto escolar e as demais instituições sociais não estão isentos de concepções preconceituosas sobre indígenas e negros. Nessa perspectiva, parcelas da sociedade brasileira, em geral, agem e tratam esses grupos étnico-raciais a partir de representações e concepções fortemente arraigadas no imaginário social. (Bicalho, Oliveira e Machado, 2018, p. 1592).

Sendo assim ,vale ressaltar que as escolas são espaços contribuintes na formação humana e na construção de conhecimentos, mas podem reproduzir preconceitos e ideias preconcebidas dos povos indígenas, com representações nos livros didáticos com uma ideia marginalizadora e precária, por meio de práticas estereotipadas com uso de penas e cocares.

Logo, a lei 11.645/2008 não assegura por si só, as transformações sociais e educativas, ao considerar a distância entre o currículo planejado e o currículo aplicados nas aulas, tendo em vista que a legislação fornece uma orientação, mas não realiza políticas contínuas de investimento a formação de professores sobre a compreensão da pluralidade das línguas, literatura, gastronômica. Assim, Cavalcante ressalta acerca dos programas de formação continuada:

ISSN: 2358-8829

> Estes, quando oferecidos, devem ter "formatos" novos, que reflitam os anseios, necessidades e modos de ser da comunidade indígena, com ênfase nos etnoconhecimentos, não se apresentando, portanto, como "cursos de brancos" (expressão comum entre os índios) para os índios. É preciso, ainda, que se alargue a compreensão sobre o processo de formação, entendendo-o presente não só em cursos específicos e nas práticas escolares cotidianas, mas na vida diária e, de modo especial, nas instâncias organizativas (movimentos, associações, conselhos etc.), sempre com a mediação da reflexão (Cavalcante, 2003, p. 23)

Nesse sentido, o desafio está na retirada da teoria da legislação para a prática das salas de aula, no qual o professor deve ter uma postura crítica que fundamenta o currículo escolar, porém, muitos não tiveram contato com a temática durante a formação acadêmica sobre as organizações e a histórica cultural.

Diante dos apontamentos ressaltados aqui, é pertinente salientar a importância da escola como um espaço formador de cidadãos que compreendem a sociedade, questionando concepções que invisibilizam os povos indígenas, pois "o tratamento da História e Cultura indígena é campo aberto de possibilidades que venham a somar perspectivas para o desenvolvimento de uma sociedade que compreenda e valorize a pluralidade existente no seu país". (Araujo, 2020, p. 08), levando aos estudantes o contato com a diversidade, em ação conjunta com professores com uma formação qualificada sobre o assunto.

A reflexão apresentada reforça a necessidade de uma educação comprometida com o reconhecimento da diversidade étnico-cultural e com a superação de práticas discriminatórias. Para que esse propósito se concretize, torna-se indispensável a articulação entre políticas educacionais, formação docente qualificada, revisão crítica dos materiais didáticos e práticas pedagógicas que valorizem os povos indígenas em sua pluralidade e contemporaneidade. Dessa maneira, a efetivação da Lei nº 11.645/2008 poderá contribuir para a construção de uma educação antirracista, intercultural e democrática, capaz de promover o respeito às diferenças e o reconhecimento dos direitos dos povos originários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta seção, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica.

Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.

Palavras-chave: História indígena; Educação Indígena; Literatura Indígena; Decolonialidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Adriana Ribeiro de. **Ensino de história e culturas indígenas:** desafios e propostas para abordagem da temática indígena na sala de aula. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PE, 22., 2020, [S. l.]. Anais.: ANPUH-PE, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602112960_ARQUIVO_b989ebe5bf53db3070b2fda690f317ac.pdf. Acesso em: 2 nov. 2026.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos; OLIVEIRA, Fernanda Alves da Silva; MACHADO, Márcia. **'Mas eles são índios de verdade?':** representações indígenas na sala de aula. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1591-1612, out./dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-623676388. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/rNFkv6dF3DpRhygnppWPLQb/?lang=pt. Acesso em: 2 nov. 2026.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 802-820, jul./set. 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/198053143455.

CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas.** Petrópolis: Vozes, 2014.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 14-24, jan./abr. 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000100003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qBnLKnFDVcxngyZPqBP6CHS/?lang=pt. Acesso em: 2 nov. 2026.

GABRIEL, Maria Alice Ribeiro. Os contadores de histórias na obra de Daniel Munduruku. **Contexto: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES**, Vitória, n. 37, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/30160. Acesso em: 9 nov. 2026.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SOARES, Ivonete Nink. Literatura indígena: do livro didático à educação intercultural. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 364-382, jul./set. 2022. DOI: https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n67.p364-382.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento** – Entrevista com Boaventura de Sousa Santos. Educação e Realidade, v. 26, jan./jul. 2001, p. 13-32.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Toward a multicultural conception of human rights.** Zeitschrift für Rechtssoziologie, n. 18, issue 1, 1997, p. 1-14.